

A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NAS REGIÕES DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ DO RIO GRANDE DO SUL

WORLD WAR II IN REGIONS SETTLED BY GERMANS IN RIO GRANDE DO SUL

René E. Gertz¹

RESUMO: Os estados do sul do Brasil foram, a partir do século XIX, palco de um processo de colonização com imigrantes centro-europeus, com destaque para alemães, a ponto de muitas regiões apresentarem características marcantes da origem nacional dos colonizadores. No mínimo desde a proclamação da República, em 1889, essa situação gerou preocupações entre intelectuais e políticos brasileiros, e desde a Primeira Guerra Mundial aconteceram medidas nacionalizadoras. Elas se acentuaram na década de 1930, atingindo seu auge no contexto da Segunda Guerra Mundial. Este é o tema deste artigo.

Palavras-chave: Nacionalização. Colonização alemã. Segunda Guerra Mundial. Rio Grande do Sul

ABSTRACT: Beginning in the 19th century, the southern states of Brazil underwent a colonization process with Central European immigrants, especially Germans, to the point that many of those regions show marked features due the national origin of the settlers. At least since the time when the Republic was proclaimed, in 1889, this situation raised concerns among Brazilian intellectuals and politicians and, beginning in World War I, nationalization measures were applied. They became more stringent in the 1930s, reaching their high point in the context of World War II. That is the subject of this article.

Keywords: Nationalization. German colonization. World War II. Rio Grande do Sul.

1 INTRODUÇÃO

O projeto brasileiro de colonização com alemães não foi consensual, desde o seu início. Por isso, sempre houve críticas e observações desabonadoras em relação a eles e aos seus descendentes estabelecidos no país. Esses sentimentos foram reforçados e se difundiram, sobretudo, a partir de 1871, quando os vários Estados alemães foram unificados num país unitário, o Império Alemão. Esse império estava chegando tardiamente ao “mercado” de colônias fora da Europa, e poderia estar arquitetando objetivos inamistosos em relação ao Brasil, podendo aproveitar-se, para esse fim, dos seus compatriotas aqui estabelecidos.² Assim, nos aproximadamente 25 anos que vão de 1890 até o início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a discussão em torno daquilo que se

denominou “perigo alemão” transformou-se em algo cotidiano, ao menos para brasileiros mais ou menos informados. Jornais chegaram a manter colunas permanentes sobre o tema (GERTZ, 1998a), destacados intelectuais da época participaram do debate. Basta citar o pequeno livro do conhecido intelectual Sílvio Romero (1906), intitulado *O aleanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Esse clima resultou numa série de atos contra as referidas populações, durante o assim chamado primeiro conflito mundial, conhecidos por pessoas mais ou menos informadas, e mais recentemente detalhados numa tese de doutorado de Stefan Chamorro Bonow (2011), defendida na PUCRS.

Mesmo que nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial – em virtude da derrota militar da Alema-

¹Doutor em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim. Professor de História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professor aposentado de História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gertz@cpovo.net.

²Dois teses de doutorado com avaliações divergentes sobre esse tema são HELL (1966) e BRUNN (1971).

nha – o assim chamado “perigo alemão” concreto, material, isto é, a possível cobiça colonial-imperialista alemã em relação a algumas regiões brasileiras com significativa presença de descendentes, não fosse mais plausível, as referências ao mesmo nunca cessaram de todo, ao longo da década de 1920 (GERTZ, 2002, p. 124-150). É que a expressão “perigo alemão” não se referia unicamente à possibilidade de invasão e anexação de partes do território brasileiro pelo império alemão, mas também ao fato de que a existência daquilo que era conhecido como “quistos étnicos”, isto é, “cânceres”, supostamente representados pelas comunidades consideradas não integradas, não assimiladas ao conjunto da população brasileira, constituiria um fator de desagregação interna para a nacionalidade brasileira, um problema para a consolidação do país como uma unidade minimamente homogênea do ponto de vista político, étnico, cultural e religioso.³

Escolas privadas atuando livres, tanto em relação ao conteúdo ensinado às crianças quanto à língua em que isso era feito, sociedades recreativas, culturais, e mesmo econômicas que mantinham e divulgavam tradições alemãs, igrejas pertencentes a confissões diferentes da absolutamente majoritária confissão católica – lembre-se a tradicional ênfase de que 98% da população brasileira seria católica, por essa época –, um inegável nível de miscigenação relativamente baixo, em grande parte decorrente do isolamento geográfico, potencializado pela homogeneidade étnica e, muitas vezes, religiosa das “colônias”, e a consequente dificuldade de contato, e, não por último, um *suposto*⁴ abstencionismo ou indiferentismo político fizeram com que as comunidades resultantes do processo de imigração e colonização, em especial no assim chamado “sul” do Brasil, fossem vistas como os citados corpos estranhos malignos incrustados na sociedade brasileira, minando-a, por assim dizer, a partir “de dentro”. E não se pode esquecer que essa forma de pensar foi ganhando corpo dentro do contexto de um nacionalismo patriótico – não necessariamente econômico – crescente a partir da guerra de 1914 a 1918 (OLIVEIRA, 1990).

2 A SITUAÇÃO DE 1924 a 1937

No Rio Grande do Sul, iniciou, a partir de 1924, uma relativamente bem-sucedida reação da “colônia alemã” frente às desconfiças com que ela vinha sendo encarada por uma parte da população estadual por ocasião dos festejos do centenário da imigração, festejos aos quais as próprias autoridades estaduais se associaram (WEBER, 2004). Essa tendência culminou nas eleições municipais de 1928, quando nos principais municípios de colonização alemã ocorreram articulações muito consistentes para eleger intendentes (prefeitos) com raízes locais, e que fossem descendentes de alemães. Mas essa reação repercutiu de forma ambivalente entre os críticos da imigração alemã. Como aconteceu em outros momentos da história, alemães e descendentes eram acusados de desinteressados, indiferentes em relação à vida política brasileira quando não ocupavam cargos nas administrações porque estes lhes eram vedados, mas, inversamente, acusados como perigosos intrometidos, quando reivindicavam seu direito de lutar por esses cargos.

Permito-me apresentar um caso ilustrativo que envolve um personagem que é homenageado num ginásio esportivo, à beira da rodovia, em um município não muito distante de Ivoti. Trata-se do médico e político Décio Martins Costa. Nas referidas eleições de 1928, ele havia concorrido, pelo Partido Libertador, ao cargo de intendente de Lajeado, tendo ficado em terceiro lugar. Mesmo que essas eleições tenham demonstrado, objetivamente, a capacidade de organização e o espírito “cívico” dos lajeadenses (GERTZ, 2002, p. 76-79), o candidato derrotado aproveitou uma estada no Rio de Janeiro, poucas semanas depois, para destilar seu fel contra a população que o deixara em terceiro lugar na contagem dos votos. Segundo Martins Costa, o episódio eleitoral em Lajeado teria mostrado o “lado desagradável e nocivo do desenvolvimento cultural e político da nacionalidade”, pois a população local

mantém-se estranha ao destino da Nação. Não pode sentir como nós descendentes das raças que se irmanaram na luta épica pela conquista do solo,

³ A respeito da política de combate aos “quistos étnicos”, em nível nacional, cf. GERALDO, 2007, p. 111-168.

⁴ A palavra “suposto” recebe destaque porque, de fato, se trata de um fato muito relativo. O abstencionismo político constitui uma clara lenda quando se trata do estado de Santa Catarina. Ali não só as autoridades municipais das regiões típicas de colonização alemã eram amplamente constituídas de pessoas de sobrenome alemão, mas os próprios governadores tinham sobrenomes alemães, a ponto de que da proclamação da República até hoje o estado já teve, no mínimo, 11 governadores titulares de sobrenome alemão – em contraposição, o Rio Grande do Sul, durante toda a história republicana, teve apenas três sobrenomes alemães como candidatos ao cargo, sem que ao menos um deles fosse eleito. Da mesma forma, até os anos 1920, constata-se uma presença muito grande de municípios típicos de colonização alemã sendo administrados por pessoas de sobrenome não alemão, e que, frequentemente, não residiam, de forma tradicional, na comunidade. Sob esse aspecto, o abstencionismo efetivamente era “suposto”, porque “imposto”.

esse orgulho, esse entusiasmo, esse calor, esse interesse de estar ligado a um grande todo que se chama Brasil, no culto de cuja unidade indissolúvel e eterna morreram os nossos avós. O Brasil para os desnacionalizados [obviamente a referência aqui são os “alemães” de Lajeado] existe apenas quando são chamados a pagar impostos nas coletorias federais. O que melhor lhes parece sempre é a formação de uma nacionalidade de gente de sua extirpe. Ali está o terreno em que medram e estendem raízes as condenáveis ideologias das pequenas pátrias... Se eu não fosse oposicionista, pediria diretamente aos poderes constitucionais do país que remediassem esse grande mal (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1928, apud GERTZ, 2002, p. 149).

Esse clima adverso agravou-se nos meses seguintes. Nesse sentido, ocorreu um episódio marcante no ano seguinte, 1929, quando estava sendo articulada a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Para fomentar uma mobilização geral a favor da candidatura, foi convocado, para o mês de julho, um longo “1º Congresso das Municipalidades Riograndenses”, com a presença maciça de intendentess e outros políticos de todo o interior do estado. A importância atribuída ao evento pode ser aferida pelo fato de que a *Revista do Globo* lhe dedicou uma reportagem de 28 páginas, mais uma página de editorial.⁵ Entre os assuntos tratados, recebeu destaque a necessidade de unificação do ensino, discussão que subentendia, entre outras coisas, a imposição de uma limitação às escolas das assim chamadas regiões de colonização. Foi em especial o intendente de Montenegro, Egydio Hervé, quem expressou de forma mais clara aquilo que estava em debate.⁶ Segundo ele, haveria nas “colônias” gente que tentava incutir nas crianças sentimentos antinacionalistas. Osvaldo Aranha, que exercia o importante cargo de Secretário do Interior, falou depois de Hervé e destacou que estava pensando numa unificação dos métodos de ensino em todo o estado, para que fossem despertados os mesmos sentimentos em todos os cidadãos gaúchos (GERTZ, 2014, p. 20-21).

Mesmo que faltem estudos especializados, essa pressão sobre o sistema escolar das “colônias”, considerado um dos principais fatores responsáveis pela existência dos famigerados “quistos étnicos”, porém, não avançou, nos meses seguintes, em virtude da necessidade de os políticos sentiam de garantir o apoio de pessoas e instituições da região colonial para as eleições de 1930,

com o candidato Getúlio Vargas, e, mais ainda, para o posterior processo revolucionário. E esse clima ameaçador experimentou, por aqui, uma reversão clara, após a vitória dos revolucionários, em 1930 – ao contrário daquilo que aconteceu em Santa Catarina, onde a assim chamada “nacionalização” iniciou no dia seguinte à vitória revolucionária. No Rio Grande do Sul, em contrapartida, o governo do estado foi entregue a José Antônio Flores da Cunha, que permaneceu no cargo até outubro de 1937. E ele se revelou, muito logo, amigo da “colônia” – tanto da alemã quanto da italiana –, durante os sete anos em que permaneceu no governo. Em um livro escrito pelo historiador Aurélio Porto, em 1934, intitulado *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, no contexto das comemorações dos 110 anos da imigração alemã, enfatiza-se que um antepassado do governador veio com os primeiros imigrantes alemães chegados a São Leopoldo, em 1824 (PORTO, 1934, p. 132). No mesmo ano, o dia 25 de julho foi transformado em feriado estadual, como “Dia do Colono”, tendo como referência a data aceita como a da chegada dos primeiros alemães. No ano seguinte – 1935 –, foi publicado um livro sob o significativo título *O patriótico governo do Gen. José Antônio Flores da Cunha: o trabalho alemão no Rio Grande do Sul* (SOVERAL, 1935). Com isso, a discussão em torno da nacionalização do ensino não “decolou” no Rio Grande do Sul.

Mas a fuga de Flores da Cunha, em outubro de 1937, a intervenção federal no Rio Grande do Sul e a decretação do Estado Novo, em novembro, significaram uma mudança profunda no tratamento dessa questão. Mesmo que a guerra tenha começado, na Europa, apenas em 1939, e mesmo que o Brasil só tenha declarado guerra aos assim chamados países do “Eixo” em agosto de 1942, o processo iniciado em 1938 pode ser visto como uma continuidade, que só amainou com o fim do conflito, em 1945. Está claro que existiram duas fases ou ênfases, nesse processo, uma primeira, cujo auge é constituído pela assim chamada “nacionalização” no campo do ensino, quando ocorreu uma forte intervenção, e, em muitos casos, um fechamento das escolas privadas nas regiões de colonização alemã e italiana, que se concentra, cronologicamente, no ano de 1938, apesar de aprofundada em 1939. Mas já neste ano de 1938, e, depois, sobretudo a partir de 1939, inicia outro tipo de “nacionalização”, mais geral, abrangendo todos os âm-

⁵ REVISTA do Globo, Porto Alegre, v. 1, n. 14, 3 ago. 1929 (matéria não paginada).

⁶ Egydio Hervé fora eleito, em 1928, intendente de Montenegro, em circunstâncias *sui generis* (ver a respeito, GERTZ, 2002, p. 79-85).

bitos de vida das comunidades “coloniais”, no mínimo, com atos de vigilância, que, no decorrer do tempo, desembocaram em intervenções também nas associações recreativas, culturais, e mesmo eclesiásticas. Claro, não sabemos até onde esses acontecimentos teriam ido se a guerra não tivesse eclodido ou se o Brasil tivesse mantido sua neutralidade. Em todo caso, com a eclosão da guerra, em setembro de 1939, e, sobretudo, a posterior entrada do Brasil, em 1942, essas medidas se potencializaram.

3 ALGUMAS POSSÍVEIS BASES MATERIAIS E POLÍTICAS PARA OS CONFLITOS

Antes de fazer referência a alguns dos efeitos mais notórios desse processo sobre a população de origem alemã, deve-se dizer algumas palavras sobre que fatores podem ter influenciado os acontecimentos verificados entre 1938 e 1945 em relação a alemães e descendentes no Rio Grande do Sul. Vou referir apenas dois aspectos, um mais estrutural interno, envolvendo política regional e dados socioeconômicos, o outro envolvendo o contexto político internacional.

Não há dúvida de que hoje em dia estão em alta concepções sobre a importância da subjetividade, de ideias, de sentimentos. Nesse sentido, as persistentes referências de longa data sobre “perigo alemão”, sobre “quistos étnicos”, com certeza, tiveram suas dimensões infladas num momento de grande instabilidade cultural, ideológica, política pelo mundo todo, incluindo o Brasil. Mas havia fatores por assim dizer infraestruturais, objetivos, que, muito provavelmente, favoreceram a difusão dessas concepções.

Refiro-me à inserção política e socioeconômica da referida população no estado do Rio Grande do Sul. Tenho chamado a atenção para as grandes diferenças em relação à inserção política de alemães e descendentes neste estado e em Santa Catarina. Quanto à política – como já foi destacado –, o estado vizinho registra governadores com sobrenome alemão desde o início da República. Em contrapartida, por aqui, os primeiros candidatos ao cargo com sobrenome alemão só apareceram depois da Segunda Guerra Mundial (Edgar Luiz Schneider, em 1950; Wolfram Metzler, em 1954; e Egydio Michaelsen, em 1962). Mas nenhum deles foi eleito. Não há como não interpretar esse dado em sentido inverso ao do suposto desinteresse político, acima referido, pois o caso de Santa Catarina demonstra um interesse absolutamente normal, e ali lhes foi facultado participar, enquanto no Rio Grande do Sul esse acesso lhes foi negado.

Levando essas considerações um passo adiante, derivam-se delas algumas conclusões que não se pode provar, de forma, por assim dizer, matemática, mas que são, no mínimo, plausíveis. Como à sociedade de origem alemã no Rio Grande do Sul foi vedado o acesso direto ao aparelho de Estado, ela, no decorrer do tempo, fortaleceu suas instituições específicas internas, a fim de enfrentar esse aparelho de Estado, que não se lhe apresentava benigno. Mais uma vez, uma comparação com Santa Catarina é instrutiva. Comparando a estrutura e as funções de ligas de sociedades recreativas e culturais nas regiões de colonização alemã de lá com as daqui, constata-se que a função exclusiva das de lá – tanto no texto dos respectivos estatutos quanto na prática cotidiana – era a de produzir diversão, sociabilidade, enquanto as daqui tinham como importante função adicional a representação das comunidades diante do Estado, portanto, eram vistas e utilizadas como grupo de pressão. Isso fica ainda mais claro no caso das associações socioeconômicas e eclesiásticas. O católico *Volksverein*, por exemplo, cujo nome em português era União Popular, foi um poderoso grupo de pressão cooperativista-religioso, aqui no Rio Grande do Sul, o mesmo acontecendo com o luterano Sínodo Riograndense e a Liga de União Colonias, uma associação também cooperativista que foi articulada, ao final dos anos 1920, por pastores. Em Santa Catarina, as associações desse tipo não existiam ou tinham um caráter bem diferente – só para exemplificar, nos arquivos da Igreja Evangélica Alemã se encontram muitos documentos louvando o caráter muito organizado e a eficácia das ações do sínodo gaúcho, mas deplorando a desorganização e a ineficácia dos dois sínodos que atuavam neste último estado.

Com isso, a assim chamada sociedade tradicional, “típica” do Rio Grande do Sul se via forçada a fazer algumas concessões à população “colonial”, mas não estava ameaçada em seu controle hegemônico no estado. Na década de 1930, porém, apareceram sinais de que essa hegemonia poderia vir a ser posta em xeque pelo desenvolvimento “natural” que se processava na economia e na sociedade gaúchas. Alguns dados numéricos contidos nos censos sugerem isso. Dividindo o estado em suas supostas duas “metades”, e excluindo o município de Porto Alegre da contabilidade, o “sul”, a Campanha, continuava sendo superior naquilo que tange a uma elite intelectual, pois 56% das pessoas com curso superior estavam ali, contra apenas 44% no “norte”. Mas demograficamente estava em andamento uma mudança muito significativa. Enquanto pelo censo de 1920 o número de habitantes nas duas “metades” era

mais ou menos o mesmo, em 1940 o “norte” abrigava 59% contra apenas 41% do “sul”, e quanto ao caráter urbano dessa população a assimetria era ainda maior; enquanto apenas 36% da população “sulina” era considerada urbana, esse percentual alcançava 64% no “norte”. Além disso, com exceção da produção pecuária, onde o “sul” continuava predominando com 54% contra 46%, o “norte” superava o “sul” em todos os demais indicadores socioeconômicos (GERTZ, 1991, p. 77). Se agregarmos o município de Porto Alegre ao “norte”, a supremacia em relação ao “sul” fica muito mais gritante ainda.

Claro, nós não sabemos em que medida o assim chamado Rio Grande do Sul “tradicional”, o Rio Grande do Sul da Campanha, tinha conhecimento e consciência desse crescimento do “norte”, mas é plausível que essa tendência ao “desequilíbrio” tenha sido percebida, aguçando a prevenção contra a região imigrantista, contra os “alienígenas”.

Além desse aspecto socioeconômico e de política interna, não há como não referir os reflexos da situação internacional, de forma concreta a existência do nazismo na Alemanha, e a inegável atuação do partido nazista em território brasileiro. Esse tema é controvertido, e não é fácil chegar a um consenso, mas não me furto a apresentar meu raciocínio a respeito. Antecipo minha posição: considero que o assim chamado “perigo nazista” no “sul” do Brasil sempre foi – e continua sendo – superdimensionado. Em primeiro lugar, até hoje não foi apresentada nenhuma evidência de que a alta cúpula nazista alemã em algum momento tivesse sequer pensado na propalada invasão e anexação de partes do Brasil. Uma única fonte contemporânea afirmava isso – um livro do dissidente Hermann Rauschning –, mas ela foi, entretanto, desmascarada como fraude. Arquivos gaúchos recentemente localizados, mas ainda não avaliados, lançam alguma luz sobre as motivações do autor. Claro, se Hitler tivesse vencido a guerra, teria ocupado o mundo todo, mas a existência do suposto projeto nesse sentido em relação ao “sul” do Brasil se baseia muito mais no imaginário que em fatos concretos.

Quanto à atividade partidária, há, evidentemente, imagens, fotografias, que, muitas vezes, impressionam, pois mostram cenas festivas com gente de braço erguido, bandeiras nazistas, etc. Mas quando vamos para os dados numéricos, tudo isso se relativiza. De fato, ape-

nas pouco mais de 500 pessoas estiveram filiadas ao partido nazista no Rio Grande do Sul, quando o censo de 1940 registrou a presença de 15.279 cidadãos alemães aqui residentes (mais 7.543 naturalizados). E essa atividade não esteve proibida até o final de 1937, pelo contrário, com frequência, foi alvo de manifestações de simpatia por parte das mais altas autoridades federais e estaduais. O folclore inclusive relata que o então cônsul alemão no estado, Friedrich Ried, teria sido companheiro do governador Flores da Cunha em muitas das “farras” que este promovia. Deve-se lembrar que só podiam pertencer ao partido cidadãos alemães – descendentes não. Há, sim, registros de algumas atividades nazistas depois que a ação partidária foi expressamente proibida, no início de 1938, mas desconheço atos concretos que pudessem ser classificados como de “lesa-pátria”, isto é, expressamente atentatórios contra o Brasil.

Essa visão sobre o tema não é só minha, entretanto outros trabalhos acadêmicos apontam na mesma direção. Cito aqui uma tese de doutorado defendida em 2011, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que uma autora que sofreu manifestações de preconceito enquanto pesquisava na França, por não ser exatamente uma representante típica da “raça branca”, escreve, nas “considerações finais”: “Entretanto, o índice de inserção do partido [nazista] entre os alemães residentes nesses países [Argentina, Brasil, Chile] era consideravelmente baixo”; “[o partido] congregou um número muito baixo de partidários em relação ao número de alemães estabelecidos no país [Brasil]”; “não havia, no entanto, interesse em atuar nos assuntos políticos do país de residência [Brasil]”. “Ao considerar que a congregação de todos os cidadãos alemães natos era o objetivo principal dos núcleos nazistas no exterior, o fracasso no Rio Grande do Sul foi latente.⁷ Apesar da visibilidade ganha através de manifestações públicas e da propaganda, a adesão ao nazismo no estado foi baixíssima”. “Apesar da defesa da superioridade racial e do ódio aos judeus, não foram encontrados registros de enfrentamentos ou manifestações públicas de antissemitismo” (LUCAS, 2011, p. 202-204).

A pesquisa histórica também não conseguiu mostrar atos de espionagem ou outros atentados de lesa-pátria praticados contra o Brasil, por parte de alemães e descendentes, no “sul” – a espionagem efetivamente ocorrida, em várias partes do país, foi praticada por es-

⁷ A autora, certamente, quis dizer “evidente”. Isso, apesar do fato de fixar o número de pessoas filiadas ao partido, no estado, um pouco mais alto que outras fontes – em 645 (LUCAS, 2011, p. 143).

piões mais ou menos profissionais.⁸ Assim, *objetivamente* o “perigo nazista” deve ser, no mínimo, relativizado. É óbvio que não temos como avaliar em que medida os efeitos que tudo isso teve sobre pessoas de origem alemã foram produto de uma avaliação equivocada por parte de autoridades e da população em geral, ou em que medida aconteceu um superdimensionamento proposital do “perigo” – aquilo que podemos afirmar com certeza é que quem *continua* propalando esse “perigo” como um fato histórico, até hoje, não o faz com base em dados concretamente mensuráveis.

4 A NACIONALIZAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Dito isso, passemos a enumerar alguns efeitos concretos da “campanha de nacionalização” e da guerra propriamente dita sobre a população de que estamos nos ocupando. Já foi referida a “nacionalização” no campo da educação. As pequenas escolas comunitárias rurais, em grande medida, não conseguiram ressurgir após a guerra, enquanto parte das escolas maiores, urbanas, não foram fechadas e sobreviveram. Trata-se de um efeito contraditório, pois, de fato, as pequenas escolas rurais tinham pouco, ou nada, a ver com nazismo; as comunidades em que se inseriam não eram constituídas por cidadãos fanatizados, nem recebiam subvenções da Alemanha – constatação que não se pode generalizar em relação a algumas das grandes escolas urbanas, confessionais ou não.

No campo escolar, não há como avaliar as prováveis consequências psicológicas sobre as crianças. Li recentemente uma historinha contada por uma pessoa relativamente conhecida em Lajeado, chamada Wolfgang Hans Collischonn. Nascido no então distrito de Marques de Souza, filho de pais alemães, não falava português, mas estava em idade de ingressar na escola. No primeiro dia de aula, o pai lhe recomendou que, caso a professora lhe dirigisse a palavra, dissesse “sim”, uma palavra que não o comprometeria. Segundo seu relato,

a professora Dona Dalilla Mayer da Silva, que, aliás, era muito querida, mas não podia tolerar qualquer palavra em alemão, sob pena de perder o cargo, me perguntou o meu nome, e, conforme relato alegre e posterior de uma coleguinha a meus pais, eu teria respondido ‘sim’, causando um momento de gargalhada entre os alunos (COLLISCHONN, 2014, p. 99).

Como pesquisadores, devemos ter cuidado com relatos desse tipo – eles podem estar “folclorizados”, e metamorfoseados em episódios que, na distância histórica, até soam divertidos, hilários. Mas temos fontes contemporâneas que confirmam situações desse tipo.

O famigerado livro de Aurélio da Silva Py, o temido chefe de polícia do Rio Grande do Sul de 1938 a 1943, intitulado *A 5ª coluna no Brasil: a conspiração nazi no Rio Grande do Sul*, transcreve um relatório enviado ao igualmente famigerado secretário de educação J. P. Coelho de Souza a respeito das escolas no vale do rio dos Sinos. Sobre a situação da “escola estadual isolada” do professor Carlos Alfredo Wiest, em Morro Reuter, lê-se: “Acreditamos que o professor só ensina aos alunos leitura, e nada mais. As crianças não sabem nada; pronunciam apenas: ‘Brasil, brasileiro, Getúlio Vargas’ a quaisquer perguntas que se lhes façam, sejam elas quais forem” [sic]. Essa passagem certamente denota um verdadeiro pavor que afetava as crianças quando um estranho – no caso, um(a) inspetor(a) escolar – lhes dirigia a palavra. Além disso, provavelmente, professor e alunos se sentiam ridículos na tentativa de atender, de forma artificial, a formas de comportamento que deles se esperava. No mesmo relatório, lê-se, nesse sentido: “os discípulos não fazem trabalhos manuais nem educação física, além de cantarem o Hino Nacional completamente modificado, com interpretação gesticulada e ridícula” (PY, 1942, p. 251).

Outra situação constrangedora que merece referência foi aquela que envolveu as em geral jovens professoras enviadas para as “colônias” a fim de realizar a “nacionalização”. Eram informadas que iriam para regiões em que habitavam seres totalmente estranhos, os quais elas deveriam conquistar para a civilização brasileira. A *Revista do Globo* (1942, p. 18-19) atribuiu a uma dessas jovens enviadas a Nova Petrópolis o seguinte sentimento: “As famílias aqui não admitem vestidos acima da metade da perna. Não se pode rir muito, e nos vemos obrigadas a viver completamente isoladas”. Houve também localidades em que as professoras enviadas para intervir nas escolas locais foram, efetivamente, recebidas com hostilidade (PETRY, 2003; NEUMANN, 2003).

Há, no entanto, um ponto em que uma atividade “nacionalizadora” pode ter dado algum grau de satisfação aos atingidos. Trata-se dos deslocamentos anuais de algumas centenas de “coloninhos” para Porto Ale-

⁸ Um livro recente, baseado em detalhado estudo dos diários de bordo dos submarinos alemães que afundaram navios brasileiros durante a guerra, mostra que os comandantes desses submarinos não receberam qualquer informação ou auxílio de agentes em terra, para executar os ataques (PEREIRA, 2015).

gre, durante a Semana da Pátria. Neste caso, até pode haver algum grau de verdade nas declarações demagógicas das autoridades. Assim, o citado secretário de educação, Coelho de Souza (1940 apud LENZI, 1940), afirmou que

eles, os “coloninhos”, aprofundaram nos lares em que haviam se abrigado, nas festas que assistiram, que não abrigamos o ódio ao estrangeiro, quando o seu coração é puro e o seu braço é forte, para ajudar-nos na obra sugestiva de construir grande e forte uma nação.

Como esta deve ter sido uma possibilidade única de conhecer Porto Alegre para muitos dos “coloninhos”, ela talvez tenha sido vivenciada com algum grau de satisfação.

A intervenção nas instituições escolares e no processo educacional caracterizou a primeira fase da “nacionalização”, iniciada em 1938. Mas a “nacionalização” muito logo se ampliou para uma intervenção mais genérica sobre toda a sociedade das regiões de colonização. Já em 1939 – portanto, muito antes de o Brasil declarar guerra ao “Eixo”, e mesmo antes de ela ter iniciado, na Europa –, passaram a vigorar limitações ao uso de línguas estrangeiras nas igrejas, e foi instituída uma comissão “pró-nacionalização dos nomes estrangeiros no Rio Grande do Sul”, já no início desse mesmo ano, resultando, por exemplo, na red denominação de Novo Hamburgo para Floriano Peixoto (GERTZ, 2005, p. 167). Desconheço as razões pelas quais um lugar com denominação de Bom Jardim, portanto, em língua portuguesa (e não alemã!), tenha sido rebatizado com um nome de origem indígena (Ivoti), já no ano de 1938, mas não tenho dúvida de que esse ato decorreu do clima então reinante, de que estamos tratando.

5 OUTROS EFEITOS DA NACIONALIZAÇÃO

Esse processo de “nacionalização” mais generalizado foi se agudizando, gradativamente, com frequentes atos de violência, culminando, nos anos seguintes, nas grandes depredações de agosto de 1942, em especial na Capital e em Pelotas (FACHEL, 2002). Entre os atos de violência acontecidos pelo interior do estado, é relativamente conhecida a depredação do Monumento ao Imigrante, em São Leopoldo, mas ocorreram, também, atos de agressão que atingiram indivíduos em seu cotidiano. Quero relatar rapidamente um deles, acontecido em Caí. Esse caso é emblemático porque aconteceu um ano e meio antes de o Brasil entrar em guerra contra o “Eixo”.

Em 26 de fevereiro de 1941, estava em andamento, na Sociedade Recreativa União Caí, o baile de carnaval. O delegado de polícia local, Armando Ferreira Filho, esteve presente e, antes de ausentar-se, foi ao balcão da copa para comprar cigarros. Adolfo Weber, supostamente sob o efeito de álcool, que estava no local, teria resmungado algumas palavras em alemão. O delegado lhe teria ordenado falar em português, ao que Weber teria respondido, em português, “não falo, porque não compreendo português”. Os dois acabaram se engalfinhando, e Weber foi indiciado, sendo depois condenado à pena de um ano de prisão, transformada em liberdade condicional de dois anos. Mesmo que na documentação não haja qualquer referência à “campanha de nacionalização”, não há dúvida de que a tensão no mínimo latente decorrente da desconfiança das autoridades em relação aos “colonos” trouxe, no presente caso, consequências desagradáveis para a vida cotidiana de um cidadão (GERTZ, 1998b).

Numa breve enumeração de efeitos generalizados da situação sobre o cotidiano dos cidadãos, pode-se iniciar com uma referência à exigência de “salvo-conduto” para deslocar-se de um lugar a outro – não só para estrangeiros, mas também para brasileiros descendentes. E a obtenção desse documento poderia ser complicada, mesmo em situações de emergência médica. Friedhold Altmann, aluno e, como professor, ao menos morador no prédio daquilo que viria a ser a Escola Normal Evangélica, e, mais tarde, diretor do Colégio Evangélico Alberto Torres, em Lajeado, por mais de 30 anos, relata em suas memórias que no nascimento do primeiro filho, em Marcelino Ramos, tinham ocorrido algumas dificuldades, motivo pelo qual ele e a esposa haviam decidido – agora residindo em São Leopoldo – que o nascimento do segundo filho deveria ocorrer em hospital de Porto Alegre. Mas para ir até lá era necessário obter o tal de salvo-conduto. A esse respeito, o memorialista anotou: “Quando os dias estavam prestes a se completar, fui à delegacia solicitar um salvo-conduto. Não deram, pois era preciso tirá-lo 24 horas antes da viagem. Fiz ver os motivos da viagem, explicando que para mim seria difícil saber quando estavam iniciando as vinte e quatro horas. Não adiantava nada. Era problema meu.” (ALTMANN, 1991, p. 93).

Há relatos de que policiais e patriotastros passavam pela “colônia” intimidando seus habitantes a comprar fotos de personalidades brasileiras, a preços exorbitantes (KIPPER, 1979, p. 45), relatos que soam verossímeis quando se leva em conta que José Plínio Fachel localizou um documento, assinado pelo chefe de polí-

cia do estado, o tenente-coronel Aurélio da Silva Py, com data de 15 de setembro de 1942, que diz o seguinte: “Esta chefia recomenda a proibição expressa da venda de retratos de personalidades do governo, álbuns, distintivos e ações de campanhas etc. que envolvam, de qualquer modo, coação moral aos compradores” (FACHEL, 2002, p. 106). São folclóricos os confiscos de rádios, livros e discos como supostos instrumentos de divulgação do nazismo, mas também foram confiscados, com muita frequência, objetos que não tinham qualquer conotação política, ideológica ou fossem específicos de determinada “etnia” (como livros de arte e coleções de selos), isso sem falar no confisco de motocicletas, que, no mesmo dia, foram vendidas a terceiros pelos policiais que as haviam tomado a seus proprietários. As sociedades recreativas e culturais, muitas vezes, foram encampadas pelo Estado, passando a abrigar forças policiais ou militares destinadas a garantir o processo de “nacionalização”. Perseguições e torturas físicas e psíquicas por parte da polícia ocorreram em grande quantidade, incluindo algumas mortes. É bastante conhecido o caso de Otto Franz, chacareiro do médico e político Wolfram Metzler, de Novo Hamburgo, que morreu em decorrência das torturas sofridas enquanto esteve preso em Porto Alegre (TONINI, 2003, p. 110). Na delegacia de polícia de Estrela, foi assassinado o agricultor Edmundo Brückner, em 3 de julho de 1942 (BERGESCH, 2003, p. 105).

Ainda que não constituíssem locais de internamento em massa – como os campos de concentração na Alemanha –, houve locais de confinamento para “súditos do Eixo” pelo Brasil todo, do Pará ao Rio Grande do Sul (PERAZZO, 2009). Aqui, o mais conhecido e folclórico foi a Colônia Penal Daltro Filho, em Charqueadas. Há relatos de maus tratos que teriam acontecido ali, incluindo ao menos uma morte – a de Frederico Patro, gerente do Banco Pfeiffer, em Venâncio Aires, ainda que, aparentemente, não tanto por tortura, mas por falta de assistência médica (SANTOS, 2005, p. 173). Mas, pouco depois da guerra, o deputado estadual udenista Alcides Flores Soares Junior denunciou a existência de um campo de internamento que teria sido muito mais violento, em Santa Rosa, onde teriam ocorrido torturas em massa, e os presos teriam sido, segundo suas palavras, “conduzidos como porcos, em caminhões” (SOARES Jr., 1948, p. 9). Mais de 60 anos depois, no dia 16 de agosto de 2009, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, em seu caderno “Cidades”, publicou uma longa reportagem sobre o caso. Segundo uma pesquisadora local, na “Vila Agrícola”, no bairro Planalto, teriam

sido presas centenas de pessoas, algumas das quais teriam sido assassinadas.

Conta-se que alguns colonos alemães e de outras etnias, que mal falavam o português, eram levados ao Presídio da Agrícola e obrigados a assinar um documento de venda das colônias que possuíam, e logo após eram degolados. Dizem os mais velhos que as paredes do galpão de madeira eram todas marcadas por mãos sujas de sangue (DORNELLES, 2009, p. 3).

Como pesquisadores, mais uma vez, devemos ser cautelosos com esse tipo de afirmações, mas parece não haver dúvida de que em Santa Rosa, de fato, existiu uma prisão em que se praticaram violências possivelmente maiores que em Charqueadas.

A intensidade da violência institucionalizada ou praticada por cidadãos à revelia do aparelho de Estado era influenciada pelas situações locais, dependendo da capacidade das lideranças do lugar para contornar, ou não, enfrentamentos, mas também da postura das autoridades. O professor Guido Lang produziu vários escritos sobre sua terra natal, Teutônia. Num deles, refere-se justamente às potenciais perseguições de que a comunidade poderia ter sido vítima – mas elas não aconteceram. Segundo ele,

Teutônia foi poupada do radicalismo graças ao delegado e subprefeito Idyllo de Vasconcellos, que era casado com a teutoniense Selma Brust, e conhecia a realidade dos colonos. Relata a tradição oral que Idyllo arrastava os pés (pigarreava) antes de entrar nas vendas e sociedades, pois não queria pegar no flagrante os moradores (LANG, 1994, p. 139).

Antes de terminar, torna-se necessário abordar ainda um tema que desloca o foco daquilo que pode ser denominado de efeitos vitimizadores, para situações em que descendentes de alemães exerceram um papel mais protagonista. Trata-se do envolvimento de brasileiros de descendência alemã na guerra, como soldados que foram lutar na Itália. Quem deu destaque a esse aspecto foi o autor de uma tese de doutorado em História defendida na USP, em 2004, de nome Cesar Campiani Maximiano, o qual chamou a atenção para o fato de que “oficiais com sobrenomes como Hagemeyer, Schultz, Klas, Stahl e Rauen (todos da reserva), entre outros, participaram da FEB, para não falar no grande número de praças de ascendência germânica (mais de um milhão)” (MAXIMIANO, 2004, p. 106). Uma dissertação de mestrado em História mais recente, na mesma universidade, sugere um número menor de “pracinhas” ou “expedicionários” de origem alemã na Força Expedicioná-

ria Brasileira, apontando para pouco mais de 700 (IER-VOLINO, 2011, p. 42).

Note-se que esses números são declaradamente provisórios e se referem ao Brasil como um todo. Não sabemos quantos dos cerca de 1.800 gaúchos que foram para a Itália eram de descendência alemã, mas de um total de 206 sobrenomes, por mim levantados, 56 são claramente alemães. Isso representaria 27%. Se esse percentual valesse para o conjunto, teríamos 486, número que parece exagerado, se trabalharmos com um total para todo Brasil de pouco mais de 700, pois Santa Catarina e Paraná, evidentemente, também mandaram soldados com sobrenome alemão, e mesmo São Paulo e Minas Gerais devem ter mandado ao menos alguns. Independentemente do número, porém, não há dúvida de que a “colônia alemã” deu seu contributo de sangue no combate ao nazismo. Nas memórias do marechal Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB, encontra-se a afirmação de que o município de São Leopoldo – “berço da colonização alemã” – teria sido aquele que contribuiu com o maior número de “pracinhas”, no Rio Grande do Sul (MORAES, 1969, p. 467). A avenida central de Santa Rosa leva o nome de “Expedicionário Weber”, em homenagem a Norberto Henrique Weber, que morreu em combate, na Itália, e o monumento comemorativo no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, registra outros mortos com sobrenome alemão. Quem fala de alemães e descendentes brasileiros e a Segunda Guerra Mundial não pode ignorar esse fato.

6 SOBREVIVÊNCIAS DA NACIONALIZAÇÃO

Os efeitos da guerra sobre a população de origem alemã no Rio Grande do Sul se estendem até os dias de hoje, quando não só a opinião pública, o senso comum, mas até agentes de Estado partem do pressuposto aparentemente óbvio de que um fenômeno chamado “neonazismo” só pode ser produto exclusivo da “colônia alemã”, como mostrei em livro recente (GERTZ, 2012). Mas não quero fazer referências que abrangem um arco cronológico tão amplo para tecer algumas considerações sobre os efeitos pós-guerra. Alguns desses efeitos são bem objetivos. Como exemplo, temos o desaparecimento da imprensa política de língua alemã da Capital e de municípios do interior, como Santa Cruz do Sul e Ijuí. Como já foi dito, as escolas maiores, mais citadinas, em grande parte, sobrevivem até hoje, mas as pequenas escolas coloniais sofreram muitos reveses, ainda que tivessem sido substituídas por escolas públicas, levando a que o conhecimento da língua portuguesa – ao menos em termos rudimentares – se generalizasse para a maioria das

populações jovens, desde então. Muitas famílias optaram, de forma consciente, por não mais falar alemão na sua comunicação cotidiana. Num primeiro momento do pós-guerra, a “colônia” – e isso inclui a italiana – articulou-se de forma relativamente eficaz para eleger seus representantes ao parlamento gaúcho, assim que a presença de sobrenomes alemães e italianos foi muito significativa na legislatura iniciada em 1947. Neste mesmo ano, o então procurador-geral do estado, João Bonumá, encaminhou ao Tribunal de Justiça um volumoso processo (13 quilos), acusando o famigerado chefe de polícia Aurélio da Silva Py e mais 51 outros policiais de graves crimes cometidos contra alemães, italianos e descendentes que viveram aqui durante a guerra. O Tribunal, por maioria de votos, resolveu lavar as mãos, ao não apreciar o mérito da demanda, sob o argumento de que não era competente para julgar crimes cometidos sob o estado de guerra. Arquivado, pouco tempo depois, tanto o próprio Tribunal quanto o Palácio da Polícia – onde estava armazenada grande parte da documentação comprobatória do processo – foram incendiados, numa literal queima de arquivo. Inversamente, porém, no início da década de 1950, o poder judiciário condenou o Estado do Rio Grande do Sul a pagar indenizações a pessoas que haviam perdido bens durante as manifestações violentas, durante a guerra. A persistência de tensões, porém, pode ser aferida pelo fato de que já em 1947 ocorrera uma decisão oficial de reconstruir o Monumento ao Imigrante, em São Leopoldo, depredado em 1942, mas a conclusão não ocorreu antes de 1953, portanto somente seis anos depois.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Friedhold. **A roda**: memórias de um professor. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1991.
- BONOW, Stefan Chamorro. **A desconfiança sobre as comunidades germânicas de Porto Alegre durante a Primeira Guerra Mundial**: cidadãos leais ou retovados?. 2011. 379 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/15/TDE-2011-04-18T121259Z-3118/Publico/430807.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- BERGESCH, Cecília Adelaide. **Política de nacionalização e suas repercussões nas igrejas e escolas do Vale do Taquari (1930-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- BRUNN, Gerhard. **Deutschland und Brasilien (1889-1914)**. Colônia/Alemanha: Böhlau Verlag, 1971.

- COLLISCHONN, Wolfgang Hans. Minhas lembranças de Marques de Souza. In: LAJEADO. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. **História de Marques de Souza**. Lajeado: Editora da UNIVATES, 2014.
- DORNELLES, Felipe. Escola foi transformada em presidio. **Correio do Povo**, Caderno Cidades, 16 ago. 2009, p. 3. Disponível em: <<http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A114/N320/HTML/63ESCOLA.htm>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. **As violências contra alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço**. Pelotas: Editora da UFPel, 2002.
- GERALDO, Endrica. **O “perigo alienígena”**: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. 241f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.biblioteca.digital.unicamp.br/document/?code=vtls000420746&fd=y>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- GERTZ, René E. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.
- _____. A tradição do “perigo alemão” no Rio Grande do Sul. **Vidya**, Santa Maria, v. 17, n. 29, p. 73-83, 1998a.
- _____. Nacionalização: um incidente em Caí. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO ALEMÃS NO RIO GRANDE DO SUL, 8./9., 1998, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 1998b. p. 187-191.
- _____. **O avião e o carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- _____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2005.
- _____. **O neonazismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS/AGE, 2012.
- _____. Etnias e nacionalização no Rio Grande do Sul. In: QUADROS, Claudemir de (Org.). **Uma gota amarga**: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil. Santa Maria: Editora da UFSM, 2014. p. 13-41.
- HELL, Jürgen. **Die Politik des Deutschen Reiches zur Umwandlung Südbraziens in ein überseeisches Neudeutschland (1880-1914)**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Universidade de Rostock, Rostock/Alemanha, 1966.
- IERVOLINO, Ana Paula. **A participação de teuto-brasileiros na FEB (1944-1945)**: memória e identidade. 2011. 186f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31052012-124148/pt-br.php>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- KIPPER, Maria Hoppe. **A campanha de nacionalização do Estado Novo em Santa Cruz (1937-1945)**. Santa Cruz do Sul: APESC, 1979.
- LANG, Guido. A nacionalização na colônia Teutônia. In: MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994, p. 135-140.
- LUCAS, Taís Campelo. **Nazismo d’além mar**: conflitos e esquecimento (Rio Grande do Sul, Brasil). 2011. 226f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30632/000781090.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- LENZI, Branca Regina (Org.). **Semana da Pátria, 1940**. Porto Alegre: [s.n.], 1940.
- MARLOW, Sérgio Luiz. **Nacionalismo e Igreja**: a Igreja Luterana – Sinodo Missouri – nos “porões” do Estado Novo. 2006. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp018567.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- _____. **Confessionalidade a toda prova**: o Sinodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do germanismo e do nacional-socialismo alemão durante o governo de Getúlio Vargas no Brasil. 2013. 227f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31102013-103854/pt-br.php>>. Acesso em: 04 nov. 2015.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Trincheiras da memória**: brasileiros na campanha da Itália, 1944-1945. 2004. 419f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- _____. **Barbudos, sujos e fatigados**: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: GRUA, 2010.
- MORAES, Marechal J. B. Mascarenhas de. **Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- MÜLLER, Telmo Lauro (Org.). **Nacionalização e imigração alemã**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 1994.
- NEUMANN, Rosane Marcia. **“Quem nasce no Brasil, é brasileiro ou traidor!”**: as colônias germânicas e a campanha de nacionalização. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- PERAZZO, Priscila Ferreira. **Prisioneiros da guerra**: os “súditos do Eixo” nos campos de concentração brasileiros (1942-1945). São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial, 2009.
- PEREIRA, Durval Lourenço. **Operação Brasil**: o ataque alemão que mudou o curso da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Contexto, 2015.
- PETRY, Andrea Helena. **“É o Brasil gigante, liberto do estrangeiro, uno coeso e forte, o Brasil do brasileiro!...”**:

campanha de nacionalização efetivada no Estado Novo. 2003. 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

PORTO, Aurélio. **O trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Sta. Terezinha, 1934.

PY, Aurélio da Silva. **A 5ª coluna no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1942.

_____. **O nazismo no Rio Grande do Sul** (Relatório apresentado pelo Major Aurélio da Silva Py, chefe de polícia, ao Snr. Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal). (Sem indicações).

REVISTA do Globo, Rio de Janeiro, n. 316, 28 mar. 1942.

ROMERO, Sylvio. **O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar**. Rio de Janeiro: Heitor Ribeiro, 1906.

SOUZA, Coelho de. **Denúncia: o nazismo nas escolas do Rio Grande**. Porto Alegre: Thurman, 1941.

SANTOS, Allysson Arthur Roque dos. **A polícia gaúcha na era Vargas 1930-1945: diretrizes científicas e tecnológicas**. 2005. 213f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Ca-

tólica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp020524.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SOARES Jr., Alcides Flores. **Liberação imediata dos bens dos súditos do Eixo**. Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado, 1948.

SOVERAL, Antônio Borges. **O patriótico governo do Gen. José Antônio Flores da Cunha: o trabalho alemão no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: [s.n.], 1935.

TONINI, Veridiana M. **Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (1932-1957)**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2003.

WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o “25 de Julho” em São Leopoldo, 1924-1949**. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2004.

WEIZENMANN, Tiago. **Cortando as asas do nazismo: representações e imaginário sobre o nazismo na revista *Vida Policial* (1942-1944)**. 2008, 298f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/cortando%20as%20asas.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2015.